

SABORES DE UM ARQUIVO FESTIVO DO GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO (1920-1939)

FLAVORS FROM A FESTIVE ARCHIVE BY THE FELIPPE CAMARÃO SCHOOL GROUP (1920-1939)

Iury Gabriel Amorim de Araújo **1**
Azemar dos Santos Soares Júnior **2**

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender como o arquivo escolar do Grupo Escolar Felipe Camarão, localizado na cidade de Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte, elucidou a existência de um calendário escolar festivo e normatizador. Nos inspiramos nos escritos de Arlette Farge (2017), Diana Vidal e André Paulilo (2020) que nos problematizam os sabores do arquivo escolar para a construção da pesquisa histórica e compreender acerca da cultura material. Nos amparamos também no conceito de cultura escolar a partir de Vinão Frago (1995) e da compreensão de produção e realização da legislação apresentada por Faria Filho (1998). Assim, com foco nos documentos de festividades, problematizamos acerca da origem e permanência do arquivo festivo enquanto lugar de memória, evidenciando-o como elemento compositor de uma cultura escolar e momento de realização da legislação.

Palavras-chave: Arquivo Escolar. Festas Escolares. Calendário. Grupo Escolar.

Abstract: This article aims to understand how the school archive of the Grupo Escolar Felipe Camarão, located in the city of Ceará-Mirim, in the State of Rio Grande do Norte, clarified the existence of a festive and normative school calendar. We were inspired by the writings of Arlette Farge (2017), Diana Vidal and André Paulilo (2020) who guided us to problematize the flavors of the school files for the construction of historical research and understanding about material culture. We had been also supported in the concept of school culture from Vinão Frago (1995) and the understanding of production and implementation of legislation presented by Faria Filho (1998). Thus, focusing on the documents of festivities, we discuss the origin and permanence of the festive archive as a place of memory, showing it as a composing element of a school culture and moment of legislation implementation.

Keywords: School Archive. School Parties. Calendar. School Group.

-
- 1** Graduação em Pedagogia (UFRN). Mestrado em Educação (UFRN). Doutorado em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0053584887744766>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9644-1246>. E-mail: iury.gabriel.103@ufrn.edu.br
 - 2** Graduação em História (UEPB). Mestrado em História (UEPB). Doutorado em Educação (UEPB). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5548182860228173>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0015-415X>. E-mail: azemar.soares@ufrn.br

Introdução

Nos últimos anos, os estudos de diversos elementos constitutivos do cotidiano dos Grupos Escolares no Rio Grande do Norte têm permitido revelar diversas faces da composição da cultura escolar dessas instituições. Por sua vez, têm exemplificado a notoriedade atribuída a essas escolas, principalmente no que tange as primeiras décadas da República. Pesquisas essas, principalmente promovidas por Programas de Pós-graduação em Educação, têm sido alimentadas em sua maior parte por relatos de professores e ex-alunos, diários de classe, estudo dos documentos oficiais, fotografias, dentre outras possibilidades (CRUZ, 2019). Emergente nesse contexto, têm iniciado a ganhar espaço o estudo dos arquivos escolares dessas instituições. Claro, nos referimos àqueles que sobreviveram ao tempo e às práticas de salvaguarda desses acervos institucionais.

Nesse sentido, a partir dos estudos de Paula Cruz (2019) foi possível entender esse panorama estadual de expansão de pesquisas sobre os Grupos Escolares existentes. Ao mesmo passo, é salutar compreender a importância do desenvolvimento de pesquisas a partir do encontro com esses arquivos para contribuir com a ampliação de reflexões sobre essas instituições. Diana Vidal e André Paulilo (2020) também teceram contribuições importantes e ajudaram na compreensão da temática ao apresentarem interrogações e suscitarem possibilidades de potenciais estudos mais específicos sobre a problemática dos arquivos e a história da educação. Dentre elas, a busca por enxergar questões entre arquivo e a cultura material e sobre o componente lúdico envolvidos no “descobrimento do arquivo”. Fatores esses que nos permitiram interrogar tanto sobre esses processos acerca da origem do arquivo escolar, quanto sobre a sua sobrevivência até o momento da pesquisa. Um convite para analisar a memória enquanto intérprete do presente. Ademais, endossam uma questão que considero de suma importância, principalmente para o atual contexto potiguar em que sofremos com a carência de arquivos disponíveis para alimentar as pesquisas, inferem: “[...] qual ou quais vontades de memórias, arquivos, instituições e pessoas, nas múltiplas temporalidades da vida e da história, forjam quando fabricam acervos?” (VIDAL; PAULILO, 2020, p. 13).

Com isso, compreendemos que historiar sobre os Grupos Escolares das diferentes localidades constitui-se de uma contribuição para a história da educação, principalmente por poder elucidar sobre a multiplicidade, convergência e divergência das culturas escolares construídas por meio desses estabelecimentos de ensino. Neste ínterim, os arquivos escolares constituem-se de um componente notório dessas instituições e ao mesmo tempo são lugares de memória cruciais para o desenvolvimento das pesquisas. Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo compreender como o arquivo escolar do Grupo Escolar Felipe Camarão, localizado na cidade de Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte, elucidou a existência de um calendário escolar festivo. Esse estabelecimento de ensino foi instalado na referida cidade no ano de 1912, o que delimita o ponto de partida desta pesquisa, e rebatizado no ano de 1939 para Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim, o que justifica a delimitação temporal final.

Para sua tessitura, observou-se o conceito de lugar memória preconizado por Pierre Nora (1993) de forma a compreender que o arquivo escolar analisado, não foi gestado enquanto fruto de uma atividade espontânea, mas sim enquanto resultado de tensões entre os atores sociais envolvidos nos processos de escolarização. Ele foi produzido intencionalmente para alimentar a constituição de memórias que, por sua vez, deveriam estar alinhadas ao ideário Republicano em voga, na qual era instigado sobretudo pela legislação.

Nesse panorama, observamos que considerando os termos explicados por Luciano Faria Filho (1998), que se cunhava então um nítido exemplo de processos de produção e de realização da legislação escolar. Pois além de emitir a obrigatoriedade da feitura desses registros, as normativas legais estipulavam ainda o exercício de vigilância sobre essas instituições para garantir o seu cumprimento, que deveria estar alinhado aos interesses governamentais. Assim, se para o contexto de sua produção inicial, o arquivo escolar era pensado enquanto espaço de produção e guarda de testemunhos escritos; para o pesquisador esses poucos registros são vistos com estatuto de “reliquia”. Ou seja, enquanto escassos e raros registros de memórias daquele período, embebidos de marcas das práticas educativas que constituíram um dia a cultura escolar da instituição estudada, como explica Maria Teresa dos Santos Cunha (2007).

Explorar o arquivo escolar em busca dos registros de festividades foi então o percurso selecionado tendo em vista o destaque quantitativo evidente observado nos documentos. Para isso, seguimos inspirados nos escritos de Arlete Farge (2017), experienciando os sabores do arquivo escolar, esquadrinhando e reelaborando uma visão sobre aqueles registros. Fugir do encanto por ele provocado e atentar para a sua análise foi o fazer necessário experimentado. E, a partir desse encontro com o arquivo que tecemos a primeira parte deste escrito. Na sequência, discutimos sobre a relação entre legislação e origem do arquivo, seguido da análise da composição do calendário escolar festivo. E por fim, buscamos esclarecer como aquelas atividades compunham e evidenciavam aspectos da cultura escolar do Grupo Escolar Felipe Camarão.

Com isso, este estudo concretizou-se enquanto uma reflexão, a partir do arquivo escolar, sobre a temática das festas escolares, ambos percebidos como parte da sua cultura escolar, já que esta comporta os elementos da vida da escola, como afirmou Viñao Frago (1995), sejam eles materiais ou simbólicos. Evidenciamos com isso algumas das suas características, em especial a promoção de uma educação cívica pré-concebida, bem como a atenção exigida sobre a forma como esses registros festivos enunciavam o constante processo de monitoramento desses estabelecimentos escolares. E de modo geral, evoca a importância da preservação do arquivo escolar para salvaguarda de documentos que possibilitam a investigação sobre grupos escolares no Estado do Rio Grande do Norte.

Um primeiro encontro com o acervo escolar: sentir o sabor do arquivo

Historiar é sempre uma jornada. Sair dos bancos da universidade e ir em busca de fontes históricas, encantar-se com esse momento de encontro ou decepcionar-se, faz parte da tarefa do historiador da educação. E se tratando de historiar sobre instituições escolares em solo nordestino-grandense, essa tarefa tem se tornado cada vez mais desafiadora. Enquanto pesquisadores interessados na temática Grupos Escolares, percebemos que encontrar acervos preservados e disponíveis têm sido um fator desafiador e escasso em se tratando de alguns desses estabelecimentos de ensino, a exemplo do Grupo Escolar Felipe Camarão, sobre o qual detemos atenção.

Nos últimos anos, temos nos dedicado em encontrar possibilidades de fontes de pesquisa para gestar pesquisas sobre essa instituição. Nesse percurso, a “descoberta” dos registros escolares deixados por seus funcionários, tem mostrado ser um elemento instigante de investigações. Nos referimos ao arquivo institucional formal constituído principalmente de livros com teor administrativo, folhetos e fichas escolares, atualmente compondo o arquivo escolar da Escola Estadual Barão de Ceará-Mirim. Nele estão guardados sob armário de alvenaria, encaixotados e separados, por serem datados do século XX, os documentos daquela instituição que sobreviveram no tempo. Em sua maioria são livros, produzidos com brochuras, estão amarelados, delicados, empoeirados, quebradiços e até mesmo corroídos pela ação do tempo e da falta de cuidados. Carregam cicatrizes deixadas pela invasão de traças, da ferrugem e até mesmo dos borrões de tinta derramada. Por vezes, essas marcas fizeram unir muitas de suas páginas, deixando-as praticamente impossíveis de serem separadas sem causar danos ao documento. Uma outra característica utilizada que percebemos foi a prática de emendar as inúmeras fichas e pregá-las nas capas dos livros, deixando assim amassadas, tanto quanto unidas e de fácil localização.

É provável que durante anos, muitos deles nem se quer viram a luz do dia. Possivelmente só puderam sair daquela fenda nas paredes da escola em duas ocasiões: a primeira seria para receber o seu juízo final, que poderiam ser as destrutivas chamas ou a mudança de sua moradia. Eram vítimas então não apenas de sua degradação devido as condicionantes da sua idade e do local em que estavam acondicionados, mas também da sentença à fogueira. Incinerar “documentos que perderam a validade” pareceu ser uma tática para espantar o mofo, o considerado ilegível, o danificado, dito sem salvaguardas por aqueles que seriam seus guardiões; a segunda ocasião seria durante a incessante busca de historiadores da educação que decidiram tratá-las enquanto fontes, ou mesmo para servir de fonte de informações para projetos pedagógicos escolares.

De uma maneira ou outra, a forma como se encontram, enunciam seu histórico de salvaguarda, sua trajetória até aquele momento. Vivendo sobre um constante movimento pendular,

o que abre espaço para ser problematizado acerca da dinâmica de sua história, como explica Diana Vidal e André Paulilo (2020). Pendulando assim entre as regularidades que permitiram sua organização naquele quadro de arranjos maior, onde estavam inseridos, e as diferenças que me suscitaram à interrogação sobre as alterações que sofreram.

Dessa forma, emergiu-se assim a vista de uma dimensão da cultura material desse arquivo escolar, pensando a partir de Vidal e Paulilo (2020). A perspectiva de interrogar sobre suas condições de sobrevivência ao longo do tempo. O que nos levou a pensar em pelo menos dois momentos em que essa cultura se reforçou. O primeiro deles, tangente ao momento do encontro recente do pesquisador com esse arquivo escolar. E o segundo sobre o momento de sua origem. Vejamos então inicialmente sobre esse primeiro ponto.

Explorar o arquivo escolar, foi também perceber inicialmente a carência de uma organização/classificação explícita, sobre a qual admitiam seus guardiões. Dar-lhes o estatuto de fonte e buscar uma organização mínima, mesmo que apenas cronológica, foi uma tarefa inicial. O que possibilitou visualizar a existência de lacunas que possivelmente eram resultados das muitas mudanças e alterações que sofreram. Com isso, a operação historiográfica já estava em curso. Um longo processo de esquadrihar aquele amontoado de documentos para fazer ser possível de entender e mesmo descobrir o que continha e sobre o quê discorriam por baixo daquelas camadas de poeira.

Observado isso, após sentir a alegria de encontrá-lo e o espanto de vê-lo tal como estava, o primeiro sabor do arquivo escolar experienciado foi então o benefício da dúvida. O que poderia encontrar em seu interior? Por qual motivo o arquivo estava sendo preservado? E o que teriam feito aquilo ser gestado? Eram inquietações constantes. Na sequência foi necessário pensar em destrinchar aquele espaço confuso à vista, dar-lhes um aspecto de organização, separá-los e dispor à consulta, fotocopiar e digitalizar, para evitar o constante e nocivo manuseio daquele material, que por vezes já se encontrava estilhaçado. Dessa maneira, pensávamos em um percurso que nos provocasse poder sentir ainda mais o sabor daquele arquivo escolar. Delicadamente abrir caixa por caixa, cuidadosamente passar folha por folha de cada livro, desdobrar sem quebrar cada ficha, desuni-las compassadamente, possibilitar a leitura, e assim fazer um trajeto atento de artesão, de sentir aquele momento. Ou ainda como nos explicou Artele Farge (2017, p.23) “[...] pedaço por pedaço, sem transformar sua forma, sua ortografia, ou mesmo sua pontuação. Sem pensar muito nisso. E pensando o tempo todo. Como se a mão, ao fazê-lo permitisse ao espírito ser simultaneamente cúmplice e estranho ao tempo”. Buscamos então na sequência os detalhes mais de perto, as marcas dos carimbos, rubricas, as normas, os conflitos e resistências, as rupturas e as continuidades, aspectos de disciplinarização para provocar a tessitura de um escrito. Essa foi a continuação do percurso traçado.

Atentar para não cair no fascínio das fontes era então um fazer imprescindível. Assim, lembrávamos do alerta feito por Vidal e Paulilo (2020) sobre o componente lúdico que constitui esse momento, do poder envolvente que pode se ocasionar, pela curiosidade estimulada diante da massa documental. E parando para pensar mais devagar sobre aquele arquivo, e diante dele, foi possível compreender que um dos aspectos que o fez sobreviver durante tanto tempo, foi a concepção dos funcionários escolares sobre aqueles documentos.

Notamos que ao agir descartando apenas o que já não poderiam manter acondicionado pelas suas condições físicas, evidenciavam que aqueles registros eram considerados como testemunho do passado vivido pela instituição que lhe antecedeu. Além disso, era visto enquanto patrimônio escolar e público. Era essa a blindagem singular que os permitia ainda estarem guardados, mesmo que sufocadas numa estrutura pouco agradável. Porém, a ausência de profissionais especializados em sua guarda nesses ambientes escolares precários proporcionavam-lhes um outro fim, a “autodestruição” física. Pois, predominantemente em papel, estavam suscetíveis a agressões externas de diversas intempéries, movimentações e visitas dos agentes que lhe são destrutivos. A suas condições de preservação não eram as mais favoráveis. O que refletia a emergência de uma (re)educação patrimonial, bem como da necessidade de novas estruturas para acondicionar o arquivo escolar.

Desse modo, compreendemos o primeiro encontro com aquele arquivo como espantoso, tanto quanto instigante. Espantoso por estarmos diante de um acervo resistente, fragilizado e roto.

Muito embora, à nossa vista, fosse nítida sua importância. Instigante por possibilitar-nos senti-lo, explorá-lo e enxergar ali a necessidade de tecer mais reflexões que fossem além do pensar o seu encontro. Assim, no tópico seguinte refletimos sobre o contexto de sua produção, da ordenação de sua feitura. Buscamos perceber uma outra face da disciplina do registro escolar.

A origem do arquivo escolar: um outro sabor

Pensar sobre as condições de sobrevivência desse arquivo também requereu pensar sobre a origem daquele arquivo. Foi o segundo momento de atenção àquela cultura material. Pensando na interrogação colocada por Vidal e Paulilo (2020), passamos a indagar sobre quais foram as possíveis vontades de memória pretendidas ao se forjar aquele arquivo. Pensamos mais especificamente no ato de forjar no tocante a produção dos documentos que o compõe, que aglomerados passaram no delongar dos anos a constituir o arquivo escolar. Compreendemos então que era necessário então problematizar os seus significados para aquele tempo.

Nesse caminho, era preciso transcender as afirmações imediatas que o arquivo poderia elucidar à primeira vista. Como explicou Arlete Farge (2017, p. 36) o arquivo “[...] é excesso de sentido quando aquele que o lê sente a beleza, o assombro e um certo abalo emocional”. Estava em voga então a afirmação da autora de que “[...] quem tem o sabor do arquivo procura ancorar um sentido adicional dos fragmentos e frases encontradas” (FARGE, 2017, p. 37). Com isso, estávamos servidos de inquietações para buscar sentidos, verificar relações de forças que impunham a produção desses arquivos, as exigências, as premeditações, as intencionalidades. E assim, compreender como por meio da escola se construíam e alimentavam memórias.

Ao explorar o arquivo, era nítido perceber que estava composto de um acervo de registros escritos formais do Grupo Escolar Felipe Camarão. Mas também, em parte dos documentos, a instituição encontrava-se sob nome de Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim. Observando atentamente sobre os diferentes períodos datados nos registros, foi possível detectar que essa segunda nomenclatura passou a ser utilizada para nomear aquela mesma instituição mais decisivamente a partir do ano de 1939, demonstrando que ela teria sido rebatizada. Entretanto, para este trabalho foi sobre o primeiro período da escola que detivemos maior atenção. Desse modo, busquei encontrar os registros datados entre os anos de 1912 a 1939, que deveria corresponder ao período equivalente entre o ano de criação e o período em que esteve mantida sobre seu nome de origem.

Os registros mais antigos datavam a partir de 1918. Nem mesmo foram encontrados rastros sobre os registros antecedentes. Em sua maioria, eram espécies de livros de atas denominados de *Livro de termos de visita e exames* e *Livro de entrada e saída de papéis*. Sobre a primeira forma, continham as escriturações de diversas atas de atividades escolares, como festas escolares, passeios escolares e de exames finais. Já a segunda forma de livro, descrevia sobre a circulação de documentos oficiais na instituição, as comunicações enviadas e recebidas. E junto deles estavam folhetos e programas de festas e fichas de inspeção escolar.

Em seu conteúdo, era constante o registro sobre festas escolares. Tanto no tocante a registros de atas, quanto sobre o recebimento e envio de ofícios, circulares e convites. Esses documentos oficializavam e até mesmo reforçavam uma sensação de obrigatoriedade da realização de festas. Dentre elas, estavam as circulares recebidas da Diretoria Geral de Instrução Pública, como a do dia 22 de março do ano de 1920 enviada “[...] ao Diretor [do grupo escolar] sobre a obrigatoriedade dos passeios e festas escolares” (LIVRO DE ENTRADA E SAÍDA DE PAPEIS, 1920, p. 6. Grifo nosso). E mesmo a notificação sobre a publicação de atos normativos como o *Acto nº 115* de 13 de julho de 1927, pelo qual o então Departamento de Educação, que substituiu a Diretoria Geral de Instrução a partir de 1924, determinou a comemoração escolar do “[...] 1º Centenário do nascimento do generalíssimo Deodoro da Fonseca” (LIVRO DE ENTRADA E SAÍDA DE PAPÉIS, 1927, p. 58). Mensagens como essas deixavam claro que as festas eram atividades que não poderiam ser negligenciadas pelo Grupo Escolar Felipe Camarão. E a partir disso, surgiu a indagação sobre o como o governo da época faria para saber se a sua determinação seria mesmo realizada.

Essa inquietação foi um ponto chave para chegar até a problemática constituição do arquivo escolar festivo daquele estabelecimento de ensino. Observando a partir dos conceitos

apresentados por Luciano Faria Filho (1998) sobre os momentos fundamentais da legislação, ficava nítido que o momento de produção da lei já estava consolidado, o que estaria em voga então era o momento da execução da legislação escolar. Percebemos que as circulares eram apenas uma forma de intimidar e reforçar a ordem determinada pelo governo, de provocar a sua concretização. Pois antes disso, o governo tinha se precavido elaborando uma legislação escolar que contemplasse o caráter de obrigação aos Grupos Escolares para realizá-las. Como por exemplo, o *Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas* do ano de 1914, pelo qual se determinava que:

Art. 16—Ficam instituídas obrigatoriamente as festas solenes de 7 de Setembro, comemorativa da Independência nacional e de 1º de Maio, chamada «Festa das Árvores.»

§ 1º —A festa de 7 de Setembro deverá constar, pelo menos, de uma reunião cívica, com recitativos allusivos á data, hymnos patrióticos e homenagem á bandeira nacional, havendo formatura geral do grupo, sempre que for possível.

§ 2º—A festa de 1º de Maio deverá constar, pelo menos, de uma reunião cívica com recitativos allusiyos ao trabalho, o plantio de uma ou mais arvores em ponto do povoado previamente escolhido de accordocoma Intendencia do município, formatura geral do grupo e procissão cívica, sempre que fôr possível.

Art. 17 — As comemorações da descoberta do Brazil, da abolição da escravatura e da proclamação da Republica, serão feitas, quando possível, no proprio feriado (RIO GRANDE DO NORTE, 1914, p. 9-10).

A expressão de obrigatoriedade, junto da explicação sobre o que deveria ser feito em cada uma daquelas festas listadas no regimento, ganhava ainda mais força naquele contexto por meio de um sistema inspeção escolar. Esse sistema permitia que por vezes os inspetores escolares designados pelo Diretor Geral da Instrução Pública passassem mais de um dia inspecionando o estabelecimento de ensino, suas atividades, a disciplina dos sujeitos e, dentre outros aspectos, a escrituração escolar. E é nesse ponto que emergiu a determinação da constituição do arquivo escolar, que se tornava festivo a cada vez que se acrescentavam os registros sobre as diferentes e contínuas festividades que tinham de promover.

Eram diversos os elementos que esses inspetores chamavam atenção para que correções fossem feitas ou para que a escola se enquadrasse nos moldes estipulados pela Diretoria Geral da Instrução Pública, e as festas escolares era um desses pontos (ARAÚJO; SOARES JÚNIOR, 2019). Compreender que os inspetores tinham poder de corrigir e indiciar um funcionário para uma punição, tomando como base os registros escolares e seu comportamento, é possível afirmar que a escola estava sobre um constante processo de vigilância, assim era capaz de punir. Ou seja, oprimir os funcionários que fossem considerados indisciplinados, que não seguissem o que estava determinado na lei, poderia ser uma prática possível naquele contexto. Como explica Michel Foucault (2014), o sistema composto pela vigilância e punição é uma forma de esquadriñar o corpo, reformá-lo de forma a impedir que ele torne a cometer o “erro”. E a escola também era alvo desse processo, sendo que o registro escrito parecia ser a prova e testemunho da realização da legislação. Assim, para provar que as festas pré-determinadas estavam sendo realizadas, era necessário a escrituração de atas e registros de festas, que deveriam ser guardados para que os inspetores de ensino vistoriassem e também fosse enviado cópias ao órgão central diretor, a Diretoria Geral da Instrução Pública, anos depois transformada o Departamento de Educação.

Com isso, evidenciamos que uma primeira intenção de memória, como incita Vidal e Paulilo (2020), foi a de mostrar que a escola é um espaço para promover a obediência. Portanto, deveria mostrar, através de seus representantes, o respeito ao cumprimento das normativas

legais instituídas pelo governo. Ou mesmo considerando a explicação Pierre Nora (1993) sobre a existência de uma intencionalidade na construção dos lugares de memória, o arquivo escolar nascia da intenção de guardar provas sobre as atividades obrigatórias que a escola republicana teria que desenvolver, como as festas escolares. Isso também deixa explícito que a disciplina dos funcionários era um elemento da cultura escolar, tal como deveria ser os processos de disciplinarização dos escolares. Como descreveu Viñao Frago (1995, p. 68-69) a cultura escolar envolve

[...] práticas e comportamentos, modos de vida, hábitos e ritos - a história diária das atividades escolares -, objetos materiais - função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbolismo, introdução, transformação, desaparecimento [...] - e formas de pensar, assim como significados e ideias compartilhados. Alguém dirá: tudo. E sim, é verdade, a cultura escolar é toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e comportamentos, modos de pensar, dizer e fazer.

Assim, a produção de livros contendo atas de inspeção e de festas escolares produzidas no Grupo Escolar Felipe Camarão pelos professores e inspetores significava a evidência da “[...] própria lei em sua dinâmica de realização e, portanto, de ordenação de relações socioculturais” (FARIA FILHO, 1998, p. 95). Servia como confirmação do prescrito pelas autoridades educacionais do estado do Rio Grande do Norte, um atestado de disciplina e de conformidade ao ideário que se tentava consolidar. Representava a consonância com o sistema educativo preconizado. A própria vistoria do inspetor e o envio de cópias de atas para o Diretor Geral eram também significativos indicadores do cumprimento de parte da legislação escolar e da sua efetividade.

Diante disso, compreendemos que o Estado empenhava ações intensivas de gestão de memórias da obediência de seus funcionários e que buscava deixar nítido que tinha controle sobre seus corpos e atividades escolares. E isso se manifestava na materialidade escolar a cada página dos livros de atas vistoriada pelo inspetor escolar, a cada rubrica que ele efetivava e a cada relatório que emitia. A legislação escolar pressupunha uma arte disciplinar da vigilância, do controle e do poder de punição. Tais marcas foram perceptíveis aos olhares atentos dos historiadores da educação após a superação do primeiro encontro e espanto com o arquivo escolar. Mas ainda nos indagávamos sobre que outras características poderiam evidenciar. Com isso prosseguimos esquadrihando o acervo escolar e nos deparamos cada vez mais com o teor festivo daqueles registros, aspecto sobre o qual nos dedicamos na sequência.

Propositamente festivo: uma análise a partir do arquivo escolar

Festejar, notariar atas, constituir livros e arquivos, prestar contas das ações desenvolvidas eram também demandas do Grupo Escolar. Manter uma sensação de obediência, e alinhamento aos pensamentos do governo parecia ser um forte investimento traçado e imposto para as instituições escolares. Parecia ser um projeto concretizado, quando se observa a constituição do arquivo escolar. Esses conjuntos materiais eram embebidos de sentidos e isso era proposital, não se limitava a uma mera ação fiscal. Como chama atenção Arlette Farge (2017), o arquivo é carregado de intenções. Assim é possível pensar então que o conteúdo escrito em seu interior também está imerso em intenções, visto que as atividades que eles descreviam também deveriam ser.

Se o Estado, tinha uma intenção de memória ao fazer com que a escola promovesse e registrasse provas das festas escolares, é possível então atentar para as intenções imbricadas no interior de cada festividade. Aliás, as festas sempre ocorrem com alguma intenção, como alerta Lucia Oliveira (1989) festejar também pode se concretizar enquanto uma forma de intervenção educacional, visto que essa exerce função pedagógica e unificadora. Assim, afirmar que festejar e notariar atas eram obrigações legais não pareceu ser suficiente. Foi necessário ir além, e compreender os que se pretendia representar nessas festas, que ideias interessavam ao governo regulador que fosse disseminado pela escola.

Para compreender melhor essas intenções prossegui elencando todas as festas descritas no arquivo, para que fosse possível compreender sobre o quê e de que forma registravam sobre

esses momentos. Dessa maneira, foi possível visualizar um panorama festivo da instituição e alguns de seus detalhes. Vejamos a seguir:

Quadro 1. Registros de festas do Grupo Escolar Felipe Camarão

| FESTA NOTARIADA | DATA DE ESCRITURAÇÃO |
|---|----------------------|
| Festa do 1º de Maio | 1920 – 1939 |
| Festa de 7 de Setembro | 1920 – 1937 |
| Festa da Bandeira | 1921 – 1939 |
| Festas de encerramento | 1925; 1933 – 1939 |
| 1º Centenário da Instrução Primária no Brasil | 1927 |
| 1º Centenário do Nascimento do generalíssimo Deodoro da Fonseca | 1927 |
| Festa 27 de Agosto - Paz entre Brasil e Argentina | 1928 |
| Centenário de Carlos Gomes | 1936 |
| Festa 13 de maio – dia da “redenção dos cativos” | 1933 |

Fonte: Quadro elaborado pelos autores a partir dos dados encontrados no Livro de Termos de Visitas e Exames (1918-1936) do Grupo Escolar Felipe Camarão.

Observando os dados dispostos no quadro acima, é possível afirmar que existiu uma certa diversidade de festas realizadas. Pelo menos quatro festas demonstram ser indispensáveis para o ano letivo. A abertura do calendário festivo da escola se fazia com a festa de 1º de maio, nomeada como festa da natureza ou festa em homenagem às árvores e ao trabalho. Pelos registros escolares, essa parecia ser a maior festa do primeiro semestre letivo. E ainda poderia ser a única.

O calendário escolar era interrompido pelas férias de inverno, que era sucedido por uma continuidade do calendário festivo, composto de mais três festas: 7 de Setembro, ou Festa da Independência; era seguida da Festa da Bandeira, que na maioria das vezes era realizada o dia 19 de novembro; e para encerrar o calendário festivo e letivo realizava-se as chamadas festas de encerramento no último dia letivo, que também em alguns anos foi substituída pela Festa da Bandeira.

Observando isso, identificamos que era um calendário semelhante ao primeiro calendário republicano de festas nacionais, como descrito pelo *Decreto nº 155-B*, de 14 de Janeiro de 1980:

[...] 1 de janeiro, consagrado à comemoração da fraternidade universal; 21 de abril, consagrada à comemoração dos precursores da Independência Brasileira, resumidos em Tiradentes; 3 de maio, consagrado à comemoração da descoberta do Brasil; 13 de maio, consagrado à comemoração da fraternidade dos Brasileiros; 14 de julho, consagrado à comemoração da República, da Liberdade e da Independência dos povos americanos; 7 de setembro, consagrado à comemoração da Independência do Brasil; 12 de outubro, consagrado à comemoração da descoberta da América; 2 de novembro, consagrado à comemoração geral dos mortos; 15 de novembro, consagrado à comemoração da Pátria Brasileira (BRASIL, 1980, p. 1).

E se festejar era também uma ação intencional, esse calendário seguia uma lógica interna e proposital. Observamos então, de acordo com os escritos de Elisabete Leal (2006, p. 68) que o calendário escolar também

[...] obedecia a uma lógica histórica que ligava a história brasileira à história ocidental, iniciando com a descoberta do Brasil, em 3 de maio, e culminando com a comemoração

da Pátria brasileira, consolidada com a República, em 15 de novembro. Essa última data do calendário encerrava o ano, mas simbolicamente iniciava um novo ciclo da história nacional.

Além das festas semelhantes com o calendário oficial republicano, o Grupo Escolar acrescia no seu calendário as festas de encerramento e algumas comemorações que eram solicitadas esporadicamente, geralmente em homenagem a sujeitos, instituições ou acontecimentos históricos, na sua maioria eram centenários. Registraram no período entre 1918 a 1939 diferentes festejos. No dia 5 de agosto de 1927, foi feito o Centenário do nascimento do generalíssimo Deodoro da Fonseca e no mesmo ano ocorreu ainda o Centenário da Instrução Primária no Brasil, no dia 15 de outubro. No ano seguinte, realizaram a chamada Festa comemorativa da Paz entre Brasil e Argentina. Além desses foi realizado o Centenário em homenagem ao maestro compositor Carlos Gomes, a 11 de julho de 1936 e a festa comemorativa do dia da “Redenção dos cativos”, em 23 de maio de 1933.

Ou seja, as festas eram regulares e regularizadas. Pois eram regularmente realizadas seguindo um intervalo de um ano ou a cada cem anos. E regularizadas por estarem sempre seguindo alguma normativa legal, lei ou regulamento escolar. Em contrapartida estão ausentes na documentação festas de caráter local, sobre a cidade ou homenagens, tampouco sobre o patrono da instituição. Informação essa que converge com a ausência do incentivo ou obrigatoriedade da participação das escolas nesses tipos de festividade conforme a legislação da época. Possivelmente, já que não estava regularizada, a escola silenciava esses acontecimentos nos seus registros, caso participasse, já que não seria algo a ser inspecionado com o mesmo rigor das festas obrigatórias. É possível que existissem as festas locais, ou outras datas festivas, mas não eram explicitamente uma demanda para aquela instituição escolar. Quanto as festas obrigatórias, observa-se na documentação uma constância de registros de sua realização.

Mesmo assim, o estabelecimento de ensino tinha um calendário festivo explicitado, engessado e obrigatório, com temas específicos para serem comemorados. A própria forma da constituição do calendário observado a partir desse arquivo chama atenção. Notamos um cuidado em distribuir as festividades de forma a não superlotar o ano letivo, ao mesmo tempo em que se alinha às festas nacionais. Aspecto esse que não poderia passar despercebido. Observando que numa dada sociedade é importante perceber que a “[...] intervenção dos detentores do poder na medida do tempo é um elemento essencial do seu poder: o calendário é um dos grandes emblemas e instrumentos do poder” como explica Jacques Le Goff (1990, p. 420). A essa ótica, a medida interventiva do governo de inserir as festas comemorativas no ano letivo escolar era uma clara demonstração da vontade de alinhar o tempo escolar à estrutura de organização do tempo republicano. Assim, o próprio governo regulador escolhia os dias para que seu discurso fosse disseminado e apresentado pela escola para a população de forma a parecer memorável.

Enquanto instituidor o Estado faria o calendário abordar os seus interesses. No caso do Grupo Escolar Felipe Camarão as datas selecionadas para serem lembradas estavam diretamente ligadas à disseminação dos símbolos da Pátria. O que tornava do calendário festivo um forte instrumento de controle do governo sobre a instituição escolar. Através das festas, não apenas ilustrava-se fisicamente o calendário. Mas através de sua realização a escola era determinada a disseminar símbolos a serem transmitidos para fazer parte do cotidiano da população. Além disso, a constante realização dessas festividades buscava construir na cidade o sentimento de pertencimento e importância dos sujeitos apresentados, dos seus feitos, de um grupo político, era uma lição escolar pública que tentava criar um espírito festivo. Dessa maneira,

[...] o calendário constitui um sistema de significação, interpretação e localização temporal dos indivíduos e dos grupos no mundo e na história, sendo assim, é considerado um instrumento de poder simbólico [...]. A organização de calendários regula a vida de toda uma sociedade, de um povo ou nação, bem como os mais restritos, a eles unidos, como os calendários escolares (GALLEGO, 2008, p. 94-95).

Festejar era dar vida ao calendário, era fazer-se cumprir a lei e apresentar uma disciplina do tempo e da rememoração. E por meio dela, a escola e os significados que ela transmitia também se aproximava da população, rompendo com a ideia de que a escola educava apenas os seus escolares. Assim, concordo com Jacques Le Goff (1990, p. 420) ao afirmar que “[...] enquanto organizador do quadro temporal, diretor da vida pública e cotidiana, o calendário é sobretudo um objeto social”. As festas escolares contribuíram para que a população integrasse aqueles símbolos na sua memória, assim exercessem poder sobre a sociedade. É possível ainda afirmar que esse é um forte indício de que os calendários tinham potencial de serem “[...] emblemas de poder e dominação, posto que não apenas revelam, mas circunscrevem os ritmos sociais e, conseqüentemente, os modos de viver e de ser dos grupos em que têm a origem e aos quais se destinam” (GALLEGO, 2008, p. 94).

Os documentos demonstram que em sua maioria as festas tratavam de serem comemorativas. Tipo de festa esse que conforme Vânia Silva (2011, p. 20)

[...] parece mexer mais com a emoção do indivíduo, por isso era tão importante inculcar na mente da sociedade o verdadeiro sentido da comemoração, não era apenas festejar uma data cívica, mas, acima de tudo, comemorar, celebrar, enfim, tornar solene os momentos que marcaram e fizeram a história do nosso país, ou seja, era necessário festejar para comemorar e através dessa comemoração relembrar fatos jamais deveriam ser esquecidos.

Nessa perspectiva, compreendemos que as festas escolares com teor comemorativo eram exigidas para corroborar com a manutenção de memórias de acontecimentos que coadunavam ao ideário republicano. As datas comemorativas e suas festas eram atos de rememorar e incutir-lhe a sensação de importância, tal como interessava ao governo. Por isso, deveriam ser exuberantes e suntuosas, para evitar assim o esquecimento dos acontecimentos selecionados. Rememorar era uma atitude que buscava evitar o esquecimento dos ditos heróis da pátria e dos acontecimentos considerados de relevância para a república. Desse modo, como afirma Vânia Silva (2011, p. 432)

[...] rememorar, por sua vez, significava exaltar o sentimento de nostalgia de momentos políticos já ocorridos. Naqueles momentos de euforia, as festas se pretendiam grandiosas e a população, em meio às girândolas que se estrondavam sem para e ratificadas pelas belas poesias que os jovens estudantes recitavam, de certa forma, era levada, ao exercício da rememoração. A sociedade deveria prestar as solenes homenagens aos “grandes homens”, aos “grandes feitos”, a intenção era que aquela História nacional, por eles projetada, fosse adotada por todos.

Assim, comemorar era trazer à tona, símbolos, ideias e também preocupações em criar e manter eventos que deveriam se tornar autoafirmados e memoráveis para a população, contribuindo dessa forma para consolidação das ideias da República. Com isso, além de rememorar eventos passados, por meio da manutenção desses eventos escolares aquelas ideias representadas eram projetadas ao futuro. A festa escolar era pretensa a permanecer cívica, educativa e duradoura. Festejar na escola era lembrar do “esforço empenhado” pelos “heróis” para proteger a terra amada, de torná-la independente, significava ainda mostrar e saudar a exuberância natural brasileira, mostrar que as crianças desde cedo deveriam ser preparadas para cuidar do país, protegê-lo, respeitá-lo e saudá-lo.

E para a realização desse propósito, obedecer as ordens das autoridades parecia ser um elemento importante, o que contribuía para a consolidação do governo republicano. Pois era ele que deveria ser respeitado naquele ideário construído, pois ele que se declarava ser o representante maior do país. E tudo isso respingava diretamente sobre o Grupo Escolar, pois ele deveria educar a população para essa disciplina da obediência e que pré-selecionava o que os símbolos a serem disseminados. Portanto, transformar as festas escolares em momentos cívicos e de reverência aos símbolos da República era um propósito educativo, era mais um elemento da cultura escolar,

efetivar práticas para ajudar a alicerçar a escola em práticas cívicas para alimentar o ideário imposto pelo Estado.

Nesse contexto, a produção de registros também desempenhava um papel fundamental, de testemunho e também de projetar padrões festivos para aqueles que viessem posteriormente. Como meio de atender às exigências legais, em sua maioria as atas de festas seguiam uma padronização em sua descrição. É notório nos escritos a preocupação em esclarecer sempre os mesmo elementos festivos quase que na mesma ordem: nomear a festa, apresentar onde e com quantas pessoas estava sendo realizada, demonstrar a realização de solenidades cívicas, principalmente a cerimônia com a bandeira nacional, seguir com uma explicação pelos professores ou convidados sobre o motivo da festa e a importância do tema da festa para crescimento do país; realizar a recitação de poesias, o desenvolvimento de passeatas cívicas e o plantio de mudas de árvores. Por fim, demonstravam na maioria das vezes que a festa se encerrava com o arreamento da bandeira e assinavam a ata o diretor, professores e convidados, como testemunhas da veracidade do ocorrido. Era um padrão seguido tanto nas festas regulares, quanto nas esporádicas e que ficavam nítidas nos *Livros de termos de visita e exame* do Grupo Escolar Felipe Camarão (1918-1936), e isso dava-lhes um estatuto de festa escolar. Ela tinha lei, data e forma específica.

Além de esclarecer como e o que deveria ser comemorado, ao analisar os documentos também é possível identificar uma forte limitação, o que determinava silenciamentos. Ao estabelecer um calendário escolar festivo, estava sendo institucionalmente escolhido pelas autoridades governamentais não apenas o que deveria ser festejado, mas também o que não entraria itinerário de comemorações. Ou seja, para garantir uma maior visibilidade nos eventos que lhe eram de interesse próprio, o Estado buscava sufocar comemorações que não contribuíssem para alimentar suas ideias. Portanto, percebemos o motivo do calendário ser composto apenas por festividades tão específicas. Assim, se suprimia a existência, e logo a importância, de festividades que não estivesse ligada a homens de grande influência política, de importância na história oficial pregada por eles. Ou seja, que não estivesse ligada a uma história de reverência à Pátria, que não demonstrasse uma forma de educação que preconizava o amor e idolatria ao Brasil.

Nesse sentido, Genes Ribeiro (2009), contribui para explicar essa característica do calendário escolar ao afirmar que essa seleção de festas também tentava decidir o que deveria ser esquecido. Dessa maneira, a República tentava enterrar as diversas lutas sociais e manifestações políticas que não coadunavam aos seus interesses, e que não lhe eram, portanto, bem-vindas. E isso demonstrava que “[...] o esquecimento, também como processo ativo, é constitutivo da comemoração e do seu poder de integração social de sentidos e de reconstrução da identidade do evento” (RIBEIRO, 2009, p. 56). E quanto mais durável fosse a existência desse calendário, maior eram as possibilidades de lançar ao futuro a interpretação daqueles atos comemorativos cívicos como de importância para o país.

Foi possível considerar que o calendário escolar do Grupo Escolar Felipe Camarão era propositalmente festivo. Os festejos eram uma constante ao longo do ano letivo. Através das normatizadas festas escolares buscava-se inculcar nos escolares e na população modos cívicos de reverenciar a pátria e seus ditos heróis e silenciar aqueles sujeitos que não consideravam como importantes. Além disso, o calendário escolar festivo contribuía para ditar modos de ser um cidadão republicano, ou seja, alinhado aos interesses do Estado, quem orquestrava e ordenava tal necessidade festiva. E como um de seus resultados fazia seus funcionários cunharem registros escolares decididos a lembrar dos olhares da população sobre a escola, do ouvir a entoação de hinos e poesias pelos seus alunos reverenciando o país. Eram atitudes marcantes intencionadas a fazer-se ecoar ao futuro por uma leitura específica e por meio daquele artifício de memória: a produção do arquivo escolar.

Considerações Finais

Mergulhar no arquivo festivo do Grupo Escolar Felipe Camarão, traçando olhares atentos, sentir com cuidado o empoeirado das folhas amareladas, das brochuras desmembrando-se trouxe à tona diferentes elementos para análise e que, por sua vez, não deixaram de percebidos enquanto

parte da sua cultura escolar. Perceber que o arquivo nasceu enquanto resultado de um projeto articulado pelo governo para tentar prevenir o que considerava desordem, indisciplina foi um ponto crucial. A escola estava constantemente imersa num processo de vigilância e punição, tendo nos inspetores de ensino importantes atores sociais para manutenção desse sistema. O mesmo sistema o qual fazia a escola gestar arquivos, alimentar memórias e guardar possíveis provas de todas as atividades de amplo alcance social que manifestavam sentidos e buscavam educar a população. Com isso, os funcionários da educação estavam imersos numa estrutura administrativa e pedagógica oficializada pelos termos legais que determinava o quê, onde e como deveria ser registrado. Assim como especificava o que era para o Estado digno e importante de ser festejado e comemorado. O que era motivo de euforia, despejo de energias, suor e intenção de alegria e seriedade.

Comemorar, registrar, testemunhar eram processos constantes que faziam parte da vida escolar daquele estabelecimento de ensino. E a compreensão desses aspectos só foi possível neste momento a partir do estudo do arquivo escolar, após reconhecer e superar o espanto, a sensação fantasiosa do encontro com o arquivo, o dispersar do empoeirado, o sentir a fragilidade das páginas e o odor do mofo que as aguardava. O arquivo demonstrou ter formas e fôrmas a serem sentidas, sensações de euforia e encanto a serem superadas e curiosidades a serem instigadas. Portanto, tece-se aqui não apenas um apelo, mas evidencia-se a importância de práticas de educação patrimonial para que os acervos e arquivos escolares sobrevivam. A sua importância é demonstrada através da sua potencialidade enquanto acervo, fonte e objeto de pesquisa possível de proporcionar inúmeras possibilidades e chances de pesquisa acerca da história da educação. Pois, assim como através dele foi possível investigar sobre diversas nuances das festividades escolares, também é possível que se possa conhecer sobre outras muitas faces da cultura escolar dessas instituições educativas.

Referências

BRASIL. **Decreto N. 155-B, de 14 de Janeiro de 1890.** Declara os dias de festa nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil [1980]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D155-Bimpressao.html. Acesso em: 22 fev. 2020.

GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO. **Livro de Termos de Visita e Exame(1918-1936).** Ceará-Mirim, 1936.

GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO. **Livro de Entrada e saída de papéis.**Ceará-Mirim, 1920.

GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO. **Livro de Entrada e saída de papéis.**Ceará-Mirim, 1927.

RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas.** Directoria Geral da Instrução Pública. Natal: Typ. Commercial, 1914.
Bibliografia

ARAÚJO, Iury Gabriel Amorim de.; SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. As visitas ao Grupo Escolar Felipe Camarão (1918-1946): das observações e críticas às intervenções dos inspetores de ensino. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4., 2019, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UEPB, 2019. 1 V. Disponibilidade em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/resumo.php?idtrabalho=1216>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CUNHA, Maria Teresa Santos. No tom e no tema: escritas ordinárias na perspectiva da cultura escolar (segunda metade do século XX). In ----- **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos.** Organização Marcus Levy Bencostta. São Paulo: Cortez, 2007. p. 79-99.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano da. Grupos escolares no Rio Grande do Norte: mapeamento de estudos sobre a escola primária. **Revista Hipótese**, v. 5, n. único, p. 146-161, 2019.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: ----- . **Educação, modernidade e civilização**. Organização Luciano Mendes de Faria Filho. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GALLEGO, Rita de Cássia. **Tempo, Temporalidades e Ritmos nas Escolas Primárias Públicas em São Paulo: heranças e negociações (1846-1890)**. 2008. 387 f. Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LEAL, Elizabete da Costa. O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista. In: **História**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 64-93, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RIBEIRO, Genes Duarte. **Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do presidente João Pessoa** 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SILVA, Vânia Cristina da. **Ó pátria amada, idolatrada, salve! Salve!**: festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945). 154 f. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. Arquivos e Educação: Prática de arquivamento e memória. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 29, n. jan/dez, 2020. Disponibilidade em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/9329> . Acesso em: 29 jul. 2021.

VIÑAO FRAGO, A. História de la educación y historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.0, p. 63-82, set./dez.1995.

Recebido em 16 de maio de 2022.
Aceito em 22 de junho de 2022.